

# A iluminura portuguesa no século XV e o missal alcobacense 459

**Catarina Fernandes Barreira**

*Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL*

*Bolseira Pós Doutoramento FCT*

*fernandesbarreira@gmail.com*

## 1. O contexto alcobacense

Em comparação com as centúrias anteriores o *scriptorium* de Alcobça manteve uma certa regularidade na realização de manuscritos ao longo do séc. XV, com cerca de seis dezenas de códices. É um número mais modesto face aos manuscritos produzidos e/ou adquiridos anteriormente, mas tem de ser articulado com o contexto da abadia no âmbito do séc. XV e com a própria ordem de Cister. No que concerne aos *scriptoria* das abadias cistercienses francesas, esta centúria corresponde a um período de declínio, em que a cópia de manuscritos diminuiu face ao apogeu do séc. XIII, a julgar pelo número de códices que chegaram até nós a partir do estudo de Anne Bondéelle Souchier<sup>1</sup> (Souchier, 1991).

Se quisermos caraterizar o ambiente da abadia alcobacense, bem como o da maior parte das casas cistercienses ao longo do séc. XV mas com particular destaque para a 2.<sup>a</sup> metade, a palavra crise parece ser a mais adequada para descrever o contexto e a que tem sido usada amiúde pelos historiadores<sup>2</sup>: para além da diminuição do

---

<sup>1</sup> Estudo que se reporta ao universo das abadias francesas (à excepção de Claraval) e inclui os códices do séc. XII ao séc. XV que hoje subsistem. É notório que a produção de manuscritos nas referidas abadias sofreu uma diminuição significativa no séc. XV.

<sup>2</sup> Neste âmbito cremos estar ainda actual a obra de Sebastião da Silva Dias, *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, em particular os dois primeiros capítulos. Imprescin-

número de monges e de noviços, agravavam-se os problemas comportamentais dos membros das comunidades, acentuava-se o relaxamento dos costumes e o incumprimento das regras, a par de problemas financeiros. Esta situação ainda se complicou mais em Alcobaça com a presença dos abades comendatários, a partir de 1475.

Maria Alegria Marques refere um aspecto significativo para o universo das abadias cistercienses no séc. XV, relacionado com “o espírito que presidiu ao capítulo geral de 1422: a busca do caminho primitivo, no cumprimento da regra e da disciplina monástica.” (Marques, 2008: 276). Neste Capítulo Geral foi também imposta a necessidade da visitação, mas feita com severidade (Pacaut, 1993: 297) o que enfatizou ainda mais a necessidade urgente de uma profunda reforma<sup>3</sup> na vida interna das abadias e dos seus monges. Segundo Saul Gomes, da leitura dos Capítulos Gerais depois de 1422, os mosteiros portugueses tiveram ordem de visitação nas seguintes datas: 1424, 1427, 1430, 1438, 1439, 1444, 1445, 1453, 1459, 1460, 1478, 1486, 1487, 1489 e 1490 (Gomes, 1998: 17). Apesar disto, em 1459 o papa Pio II desobrigava os abades portugueses de estarem presentes no Capítulo Geral em Cister. Alcobaça teve uma importante visitação feita por D. Pedro Serrano em 1484 e cujo auto fornece aos historiadores dados importantes sobre o ambiente da abadia (Gomes, 1998: 155 e seguintes). As recomendações de 1484 foram reforçadas três anos depois.

Esta tentativa de regresso às origens, à espiritualidade que partia de um modelo eremítico dos primeiros tempos do cristianismo e do rigorismo quase ascético que presidiu à fundação da ordem de

---

dível consultar também Saul Gomes, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal* e por fim o excelente capítulo: *Um litígio entre mosteiros cistercienses no séc. XV. Alcobaça e Bouro* da autoria de M<sup>a</sup> Alegria Marques: *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*.

<sup>3</sup> Reforma que já havia dado os primeiros passos em 1335 com a Bula *Fulgens sicut stella* do papa Bento XII, um filho da ordem (havia sido abade em Fontfroide) que estava bastante familiarizado com os problemas cistercienses. A necessidade de reforma foi reforçada por Nicolau V e Pio II.

Cister foram vistos como medidas a implementar, necessárias à continuidade e sobrevivência das abadias cistercienses ou seja, medidas reformadoras. Foi este sentimento de renovação espiritual entrosado com a *devotio moderna* (Nascimento, 2012: 973) que esteve decerto presente na cópia e tradução para português, de duas *Regras de S. Bento* (Alc. 44 e Alc. 73), bem como as *proveitosas orientações* contidas no Alc. 218, um códice que reúne *Costumes, definições, visitas e estatutos da Ordem de Cister* e em obras para orientação moral dos monges, redigidas por autores como Cassiano, João Clímaco e Isaac de Nínive, entre outros (Alc. 200<sup>4</sup>, Alc. 212<sup>5</sup> e Alc. 213<sup>6</sup>). De cariz hagiográfico e por isso de modelo para os monges, as vidas e paixões dos apóstolos também mereceram uma cópia, trasladada para *lingoagem* (Alc. 280).

Como se constata destas leituras, as tendências inclinavam-se para um tipo de espiritualidade e de piedade distintas da racionalidade que caracterizou a escolástica e recuperaram-se as leituras de *auctoritas* como Sto. Agostinho e S. Bernardo. Outra das obras que se inscreve nestas correntes de sentimento religioso é a *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia (Alc. 451 a 453 e Alc. 219) e que segundo Aires do Nascimento (Nascimento, 2012: 972) ao rei D. Duarte ou a alguém próximo se deve a sua tradução. Neste âmbito é importante sublinharmos as relações estreitas entre a abadia e a corte de

---

<sup>4</sup> O Alc. 200 reúne as seguintes obras: *Vida de São Bernardo*, *Espelho dos Monges* por S. João Clímaco, *De anima*, de Hugo de S. Victor e *Disciplina dos Monges*, para além de tratados sobre os pecados, tratados que falam sobre o sangramento do corpo de Nosso Senhor, questões sobre a confissão, o voto monástico e a usura, expostas sob a forma de um diálogo, sobre os pecados mortais e veniais e termina com os jejuns e os dias santos.

<sup>5</sup> O Alc. 212 *Estabelecimentos dos Mosteiros ou De Institutis coenobiorum* com o Orto do Esposo, em papel.

<sup>6</sup> O Alc. 213 reúne os seguintes textos: *Fragmento da I Colação* ou prática do abade Cheremon sobre a perfeição extraída das *Colações de João Cassiano*, *O Livro da Escada Espiritual ou Como havemos de fugir do mundo* por S. João Clímaco, *Sermão de S. João Clímaco sobre como deve ser o pastor*, *Vida de S. João Clímaco* por Daniel, *monge de Raytu*, *Epístola de João, abade de Raytu, a S. João Clímaco e resposta deste*, *Excertos do Livro da Confissão de Martim Pérez* e termina com uma *Poesia em louvor da Virgem*.

Avis, muito próximas nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V e que Aires do Nascimento descreve deste modo:

A corte de Avis aparece como motor de uma actividade cultural que se alarga pela vida espiritual (...) Parece hoje clara a existência de intercâmbios entre a Corte e aquele mosteiro cisterciense, onde D. Estevão de Aguiar, que sai da corte e a quem é entregue a responsabilidade da renovação monástica, é personalidade que promove novas formas de espiritualidade (Nascimento, 2012: 972).

Mas a acção cultural de renovação instituída por D. Estevão deve ser entendida como reformista e disciplinadora, não só na administração da abadia alcobacense, mas também das outras casas cistercienses portuguesas, uma tarefa difícil embora tivesse D. Duarte como aliado (Fernandes, 1970: 31 e seguintes). Como João Dionísio demonstrou, D. Duarte foi um atento leitor de Cassiano (Dionísio, 2000), mas também se interessou por outros autores que estavam representados na livraria de Alcobaça como por exemplo, Hugo Ripelinus, autor do *Compendium Theologicae Veritatis* (Barreira, 2013: 60 e 61). Esta proximidade vai ser referida novamente a propósito da análise das iluminuras do missal Alc. 459 e do seu confronto com outros manuscritos coevos.

## 2. Missais e outros livros litúrgicos da missa

Começamos por esclarecer o que é um missal e porque é que nos referimos a outros livros na celebração da missa. A missa tem mais do que um protagonista: ao celebrante principal cabe a recitação das partes mais importantes (o prefácio, o cânone, a *Ordo missae* e as três orações próprias da missa: a colecta, secreta e a comunhão), que estavam reunidas no Sacramentário<sup>7</sup>. Um outro livro do

---

<sup>7</sup> Os textos do celebrante não são sempre iguais: há-os invariáveis (a *Ordo Missae*, o *Te igitur*, etc), variáveis (os Prefácios) e os próprios ou específicos, quer do Temporal, quer do Santoral (Lebigue, 2007:119)

celebrante, menos completo, é o Colectário que, como o nome indica tem as orações e as lições bíblicas. Ao diácono a leitura dos evangelhos (a partir do Evangeliário ou do Leccionário da missa) e ao subdiácono a recitação das epístolas (reunidas no Epistolário). Por fim, aos cantores pertencem as partes cantadas da missa, segundo Isaías da Rosa Pereira “introito com o salmo correspondente, gradual e responso, o tracto, aleluia e versículo aleluiático, ofertório e a antífona da comunhão com o salmo” (Pereira, 1996: 136) que reunidas num só volume formam o Gradual.

Ora o missal é a reunião num só volume de todos estes textos, uma invenção do séc. XI que veio a conhecer bastante divulgação graças às ordens mendicantes, mas que também foi amplamente difundido em contexto cisterciense: o art.º 12 dos *Instituta Generalis Capituli* (Nascimento, 1998) já refere o missal como livro necessário à fundação de novas casas. O que não significa que, na maior parte das abadias, em simultâneo com os missais, não se continuassem a utilizar os livros em separado (sacramentários, colectários, epistolário, gradual) como se verifica pelos códices de Alcobaça que chegaram até nós e pelo inventário de 1408 das abadias do Bouro e de Seixa (Marques, 2008: 266 e seguintes). Os missais podem ser plenos, com missas para todo o ano litúrgico ou festivos (só com as celebrações mais significativas). Os missais são ainda divididos em duas grandes partes:

– O Próprio do Tempo ou Temporal que se inicia no 1.º domingo do Advento (finais de Novembro/inícios de Dezembro) e que se estende até ao 25.º sábado depois de Pentecostes. São as celebrações litúrgicas que dizem respeito às Festas do Senhor.

– O Próprio dos Santos ou Santoral, que se inicia habitualmente com Sto. Estevão<sup>8</sup> primeiro mártir ou com Sto. André apóstolo.

---

<sup>8</sup> Este início é uma singularidade comum à maioria dos Santorais alcobacenses, mas também se verifica em Claraval: em ambas as abadias e no que diz respeito aos livros litúrgicos que chegaram até nós são raros os que iniciam o Próprio dos Santos com Sto André. Esperamos publicar brevemente um estudo sobre este fenómeno.

Aqui estão todas as festividades associadas aos santos, mas em particular as da Virgem. Entre estas duas grandes partes do missal temos geralmente o ordinário da missa, os prefácios e o cânone. Depois do Santoral é comum nos missais a presença de missas votivas e de bênçãos. Quando completo, o missal é um códice volumoso e por isso era comum fazer-se um missal de Inverno (em que o Temporal vai desde o Advento ao Domingo de Páscoa) e outro de Verão (começa no Domingo de Páscoa e vai até ao 25.º sábado depois de Pentecostes).

O missal medieval é um livro dinâmico cujo processo de realização e utilização se vai adaptando à medida que são introduzidos novos elementos, quer no Próprio do Tempo, quer no Santoral. Por exemplo, no caso dos missais de Alcobaça, uma mudança significativa, operada nas primeiras décadas do séc. XIV, foi a integração, depois da dominga dedicada à Santíssima Trindade, da Festa de *Corpus Christi* autorizada no Capítulo Geral de 1318<sup>9</sup>.

Posto isto, quantos missais tinha Alcobaça? Ignoramos quantos missais teria a abadia no séc. XII, mas para o séc. XIII podemos mencionar cerca de onze missais plenários<sup>10</sup> e para a centúria seguinte o número de missais copiados pelo *scriptorium* da abadia diminuiu para três.<sup>11</sup> Estes dados dizem-nos que os missais do séc. XIII continuaram a usar-se posteriormente, como o comprovam as adições de elementos como a missa da Festa de *Corpus Christi*, o Credo, etc. Estas contribuições também se devem ao desejo de uniformização litúrgica em contexto cisterciense, expresso nos *Statuta Capitulorum* e decerto ao orgulho que os monges tinham nos manuscritos da sua biblioteca.

<sup>9</sup> «Com duabus missis et propria historia feria quinta post octavas pentecostes prout a felicis recordationis domini clement V in suis constitutionibus in viennensi concilio editis» in (CANIVEZ, 1935: 338) e ver também o códice da mesma abadia Alc. 283, *Complatio diffinitionum capituli generalis edita anno domini 1318*

<sup>10</sup> Alc. 163, Alc. 249 (*Inverno*), Alc. 251 (*Verão*), Alc. 252, Alc. 253 (*Verão*), Alc. 255, Alc. 256 (*Inverno*), Alc. 257, Alc. 258, Alc. 259 (*Verão*) e Alc. 361 (*Inverno*).

<sup>11</sup> Alc. 26, Alc. 250 (de Inverno), Alc. 254 (de Verão). O Alc. 7 e o Alc. 164 são Graduais.

Chegamos assim ao séc. XV com catorze missais plenos na abadia <sup>12</sup>: esta quantidade diz respeito a um número diminuto ou significativo quando em articulação com o contexto da abadia e do seu número de monges? O inventário do Mosteiro do Bouro feito em 1408 totalizava sessenta e seis códices (Marques, 2008: 266 e Mattoso, 2002: 279) em que nove eram missais, não indicando mais pormenores (em 1437 vai ter somente seis, não havendo nenhuma indicação se a diminuição se ficou a dever a um empréstimo ou não). O Mosteiro de Seixa em 1408 tinha quatro missais, um deles em cadernos.

Mas podemos continuar com a análise estatística, agora em relação à casa-mãe de Alcobaça: em 1472, quando o abade de Claraval Pierre de Virey (Vernet, 1974) fez o inventário da sua biblioteca contabilizou quinze “missalia totius anni perfecta” (cremos que se tratem de missais plenários e para todo o ano litúrgico) e vinte e dois “missalia totius anni imperfecta id est non integra”. Refere vinte e um missais de *Inverno* e treze de *Verão* e enumera ainda uma dezena de “missalia imperfecta”. No entanto, é preciso alguma cautela com a designação missale, liber missalis ou missalia pois pode denominar não só os missais, mas também os sacramentários (e neste caso, também alguns dos missalia imperfecta referidos por Virey, porque aparece mencionado que só reúne os textos do celebrante).

### 3. Descrição breve do missal cisterciense Alc. 459

Cremos que é na importância crescente das missas privadas (mas também no âmbito de viagens) que se podem integrar os missais festivos e abreviados e, dado o número de missais plenários que Alcobaça possuía e que foi actualizando, não justificava gastar mais recur-

---

<sup>12</sup> Este número deve ser enriquecido com mais dois missais, embora desconhecendo a sua data e se são plenários ou não segundo Aires do Nascimento num artigo onde o historiador contabiliza os códices “de mão” que estão hoje desaparecidos e que pertenciam à biblioteca de Alcobaça (Nascimento, 2012: 208).

sos materiais e humanos com missais plenários, mas investir numa produção mais específica. Neste contexto, o *scriptorium* produziu então dois missais festivos: o Alc. 27 que Horácio Peixeiro situa entre 1454 e 1476 por causa da presença da Festa de Sta. Ana (Peixeiro, 1986: 269) e o Alc. 459. Este último, quando o fundo de Alcobaça deu entrada na BNP, inexplicavelmente não seguiu com o resto dos manuscritos e por uma razão que se desconhece, foi com mais outros sete códices alcobacenses para a Torre Tombo (recebendo a cota de Caixa Forte 119). Foi re-integrado no Fundo Alcobacense da BNP em meados da década de 90 com a cota Alc. 459 (Nascimento, 2012: 206).

Este missal é um manuscrito interessante: a sua organização e iluminuras colocam algumas questões e por isso, embora não seja nossa intenção descrevê-lo de forma exaustiva do ponto de vista codicológico e litúrgico, vale a pena referir determinados aspectos. Constituído por um total de 107 fólhos, mede 230 X 160 mm e exhibe uma encadernação em pele, gravada. Os dois primeiros fólhos foram cortados mas na margem de dorso ainda é visível parte das suas filigranas. Escrito na metade inferior do primeiro fólho, depois do final da *missa propria in festo conceptionis sta. maria* temos uma informação curiosa que diz que “conforme tradição antiga foi feito este missal na era de 1144” e logo abaixo, noutro tipo de letra, há um texto mais longo a refutar esta datação, que não pode ser verosímil e não merece crédito por causa da missa de S. Bernardo e por causa da missa do Senhor/*Corpus Christi* (diz o texto que foi instituída por Urbano IV e que ele foi eleito em 1261. No entanto, já aqui referimos que a autorização para a sua celebração em contexto cisterciense só foi dada pelo Capítulo Geral de 1318). No fólho seguinte temos o final da missa de S. Brás e a bênção dos pães e a seguir a missa *in conceptione virginis marie*, completa, ao que se segue a *missa pro familiaribus*, o início da missa própria *in festo conceptione Sta. Maria*, incompleta (o seu fim está no f Ir) e no fVr temos o início da missa de S. Brás com a indicação, na margem de pé “torna ao princípio do livro” (ou seja, ao fIIr).



Que hipóteses podemos colocar para justificar a desorganização desta meia dezena de fólhos? Pode ter ficado a dever-se a uma re-encadernação que ignorou a ordem dos textos de pelo menos duas missas (Imaculada Conceição e S. Brás) deste conjunto? Cremos que a continuidade dos textos proposta (*ver Quadro 1*) nos diz que as duas missas dedicadas à Virgem foram copiadas sequencialmente, tendo a missa *pro familiaribus* no meio e deixando o verso do último fólho vazio constituindo assim um primeiro grupo de missas. A cópia da missa de S. Brás levanta muitas dúvidas devido ao facto do verso do fólho que contém o início da missa de S. Brás estar vazio, pois deveria conter o resto do texto, que aparece depois a ocupar um outro fólho. Mas vejamos o *quadro 1*, onde estruturamos estas missas numa tabela.

### Quadro 1

Tabela com a organização dos primeiros fólhos do Alc. 459

Ordem actual dos fólhos	Missas	Proposta de organização
Primeiros dois fólhos	Mutilados: ignora-se o que conteriam	
Fólho Ir	Final da <i>missa propria in festo conceptionis sta. maria</i>	Fólho IIIr
Fólho Iv	(Fólho deixado em branco)	Fólho IIIv
Fólho IIr	Metade da missa de S. Brás	Deveria estar no fólho IVv
Fólho IIv	Final da missa de S. Brás Bênção dos pães	Deveria estar no fólho a seguir à metade da Missa de São Brás
Fólho IIIr	Início da missa <i>in conceptione virginis marie</i>	Fólho Ir
Fólho IIIv	Conclusão da missa <i>in conceptione virginis marie</i> e início da missa <i>pro familiaribus</i>	Fólho Iv
Fólho IVr	Missa <i>pro familiaribus</i>	Fólho IIr
Fólho IVv	Início da missa própria <i>in festo conceptione Sta. Maria</i>	Fólho IIv
Fólho Vr	Início da missa de S. Brás	Fólho IVr
Fólho Vv	(Fólho deixado em branco)	Este fólho deveria ter a continuação da missa actualmente no fólho IIr

As missas dedicadas aos mistérios da vida da Virgem reflectem o contexto da época e confirmam que também em Alcobaça se vivia uma profunda devoção a Maria, em particular ao tema da Imaculada Conceição. Esta discussão havia tido o seu ponto alto nas centúrias anteriores e levantava algumas questões em contexto cisterciense pois Bernardo de Claraval, séculos antes, havia sido um fervoroso opositor à questão. Na Epístola *Ad canonicos Lugdunenses*, a par da crítica que faz aos cónegos de Lyon por celebrarem a festa da Imaculada Conceição, usa argumentos que vão influenciar toda uma geração de escolásticos: Maria foi concebida em pecado mas, antes de nascer, foi santificada no ventre materno. Ou seja, o teólogo não nega a sua santidade, ocorrida antes de Maria nascer mas, à semelhança de toda a humanidade, a Virgem foi concebida em pecado original. Era um problema teológico e só Cristo constituía uma excepção porque fora concebido pelo Espírito Santo, logo só ele estava livre do pecado original.

O apogeu desta discussão ocorreu no séc. XIII, pela mão de mestres como Alexandre de Hales, Alberto Magno, Boaventura de Bagnoregio e Tomás de Aquino, entre outros, quase todos desfavoráveis à questão da Imaculada Conceição, numa discussão que se arrastou até meados da centúria seguinte. Duns Escoto tentou resolver o problema construindo uma argumentação que conciliava os dois argumentos em favor da concepção da Virgem livre de pecado, mas não sem oposição, em particular do bloco doutrinal dominicano. No entanto, somente em 1439 um decreto papal atesta que a devoção à Imaculada Conceição é pia e instaura a sua celebração a 8 de dezembro, dotada de um ofício próprio (Lamy, 2010: 327). Esta data estaria de acordo com a datação proposta para este primeiro conjunto de fólhos.

No que concerne à questão no panorama nacional desde muito cedo que esta celebração foi acolhida com algum sucesso, segundo Avelino da Costa<sup>13</sup> mas um dos testemunhos mais significativos

---

<sup>13</sup> “Os testemunhos mais antigos da festa da Conceição entre nós datam dos princípios do séc. XIII e referem-se ao mosteiro beneditino de Pombeiro e de Argivai, diocese

para o estado da questão no primeiro terço do séc. XV foi-nos dado por D. Duarte no *Leal Conselheiro* (D. Duarte: 1998, 136). A sua posição está alinhada com a teoria da concepção sem pecado original e apresenta quatro argumentos para sustentar a sua ideia, fundamentos que revelam que o rei ou alguém próximo conheciam bastante bem a discussão dos teólogos desfavoráveis à questão. Esta argumentação do rei empenhada em reforçar e legitimar a festa dedicada à Imaculada Conceição confirma em contexto nacional alguma tradição relativamente à sua celebração antes da autorização papal.

Em termos litúrgicos a presença da missa de S. Brás também levanta algumas questões, pois era assinalada nos calendários alcobacenses e missais pelo menos desde os inícios do séc. XIV (alguns exemplos: Alc. 8, Alc. 26, Alc. 66, Alc. 189): ao que se deve este especial destaque? Segundo Mário Martins, deve-se à influência do Infante Santo, D. Fernando, a promoção desta festa a uma das principais festividades do calendário litúrgico (Martins, 1971: 72). A festa de S. Brás foi também adicionada, no séc. XV, a alguns missais do séc. XIII: Alc. 163, Alc. 249, Alc. 258 e ao Colectário Alc. 166. No estudo realizado por Pedro Rocha acerca do *Breviário de Soeiro*, um manuscrito dos finais do séc. XIV, inícios séc. XV, esta festividade foi assinalada de modo pouco habitual, quer no calendário quer no Santoral (de forma muito breve no f200v), o que o autor justifica como estando relacionado com a sua introdução tardia (Rocha, 1980: 223). No calendário do outro missal festivo já aqui referido, o Alc. 27, à festa dedicada a S. Brás foi acrescentado posteriormente *MM* (*Maiorem Missa*). Ainda no âmbito desta devoção,

---

do Porto e seguindo-se-lhe a diocese de Lamego em 1262. No ano imediato, por determinação do Capítulo Geral de Pisa, a festa da Conceição deve ter principiado a celebrar-se nos conventos franciscanos portugueses (...) A partir de 1310 a festa tornou-se obrigatória nas dioceses de Évora, Guarda, Lamego e Lisboa, por pertencer à metrópole eclesiástica de Compostela, onde o Concílio de Salamanca deste ano ordenou a sua celebração.” (Costa, 1988: 697)

fundadas no séc. XV e dedicadas a S. Brás temos a Capela de S. Brás no Bombarral, iniciativa de um fidalgo da corte de D. João I e a Ermida de S. Brás, em Évora, iniciadas as obras em torno de 1480, o que assinala a devoção em torno deste santo ao longo do séc. XV.

Neste conjunto inicial de fólhos, as capitulares de cor são exclusivamente em vermelho, as maiores destacadas com filigrana castanha, de dimensões variáveis e que nem sempre assinalam o introito, como é o caso da Missa *in conceptione virginis marie*, a inicial G de *Gaudemus* não é a mais significativa, ocupa 3 linhas de texto, mas a que assinala o início da leitura do Livro da Sabedoria, o D de *Dominus* que ocupa seis linhas (*figura 1*). Estas iniciais estão muito próximas das capitulares do Alc. 278, do Alc. 280 e das obras de Cassiano Alc. 384 e Alc. 385 e 386, conjunto de manuscritos realizados na década de 40 do séc. XV, no âmbito do final abaciado de D. Estevão de Aguiar (falecido em 1446). Ao que tudo indica, estes primeiros fólhos constituem talvez uma adição em relação ao núcleo do missal, dadas as diferenças na empaginação, no tipo de letra e em particular no que concerne às iniciais iluminadas, como vamos ter oportunidade de referir em seguida.

No f1 começa o Próprio do Tempo, com o assinalar do primeiro domingo do Advento: entramos no miolo do missal propriamente dito, pautado por uma grande regularidade na empaginação, com 23 linhas por fólho e cadernos com 8 fólhos assinalados com reclames. A envolver o texto e a inicial A (*figura 2*) temos as margens ornadas de folhagens que em tudo lembram os Livros de Horas através da presença de folhas de acanto, de um vaso de onde emergem os caules e algumas flores, bem como os pequenos pontos dourados contornados a preto de onde irradiam linhas finíssimas. Um aspecto a destacar: os caules e as folhagens, carnudas e cheias (azul, verde, rosa, vermelho e amarelo) não são contornados a negro, como habitualmente, mas a sugestão de volume nasce do *degradé* entre um tom mais escuro e outro mais claro da cor e da colocação de uma linha branca ou amarela-dourada para transmitir

mais luz, habitual também nos Livros de Horas. Os espaços vazios das margens foram ainda ocupados por pequenas linhas onduladas, muito finas. O vaso com flores, visível no canto inferior direito do fólio não deve ter um significado especial, pois tal como as flores e as folhagens de acanto era um elemento decorativo abundante nas cercaduras.

No fólio 37v acaba o Próprio do Tempo com a missa da quinta – feira de *Corpus Christi* e no f39r temos o cânone da missa com o *Te igitur*, fólio assinalado com uma decoração iluminada semelhante ao do f1, com a mesma paleta de cores e parte dos elementos vegetais, em particular as folhagens, mas mais simples (*figura 3*). Já não vemos a mesma profusão vegetal e a tendência para ocupar todos os espaços vazios com os pontos dourados contornados ou com as linhas presentes no fólio do 1.º domingo do Advento: parte da margem exterior não recebeu iluminuras, à excepção daquilo que nos parece ser uma flor do papiro ou uma alcachofra estilizada, que se repete depois no canto superior direito da margem.

As iniciais A e T dos fólios assinalados ocupam oito espaços interlineares e, do ponto de vista plástico e formal evocam as iniciais dos manuscritos iluminados de produção italiana do séc. XIV, com as suas folhagens volumosas como por exemplo no missal do Lorvão (C.F.154). Em ambas as capitulares há uma utilização do amarelo e do dourado em contraste cromático com as outras cores de modo a enaltecer as iniciais do ponto de vista lumínico, quer do texto, quer da decoração do fólio (*figuras 4 e 5*).

Este missal festivo assinalou, através de uma exuberante decoração iluminada, dois fólios: o 1.º domingo do Advento e o Cânone da Missa. Ou seja, foi um manuscrito que se abriu às tendências e aos modelos que circulavam, atestado pelo tipo de decoração iluminada característica dos Livros de horas, mas em paralelo este missal insere-se na linha de tradição dos missais de Alcobaça das centúrias anteriores ao enfatizar estes dois fólios, o do Advento, celebração

que anuncia a vinda do Senhor e o fólio que assinala a oração eucarística, a parte mais importante da missa, o *Te igitur*.

No f42v tem início o Próprio dos Santos com a festividade de Sto. Estevão, um início não coincidente com o Advento, mas comum a muitos manuscritos litúrgicos portugueses cistercienses e não cistercienses e também a Claraval. Neste Santoral há incoerências a destacar: por exemplo, na ordem da festa da Anunciação (celebrada a 25 de Março) aparece antes da festa de S. Bento (a 21 de Março). Sto. André deveria “fechar” este Santoral, mas a seguir à sua festividade, vem a de Sto. António (f69r) sem haver quebra ou interrupção nos fólhos. Também no missal Alc. 27 a festividade de Sto. António está deslocada (foi copiada a seguir à festividade de Todos os Santos), mas está correctamente assinalada no calendário que abre o Alc. 27 (embora seja uma adição posterior, de letra diferente). Esta inserção deslocada do santo português na liturgia cisterciense é estranha, para mais porque António foi canonizado em 1232.

Entre os f70v e 88v temos as seguintes missas votivas: no f70v a missa do Sto. Espírito, no f71v a missa dedicada à Santíssima Trindade, no f72v a missa de Sta. Cruz, no f73r uma missa em honra da beatíssima Virgem Maria e no f74r a missa de Sta. Maria *per adventi*, entre outras. Esta missa entre as missas votivas, que se destinavam a celebrar o Tempo Comum (e por isso estava excluído o Advento) não deixa de ser uma presença curiosa, para mais porque também no *Livro de Horas de D. Duarte*, no f145, temos o ofício da *beate marie virginis quod dicitur p[er] totu[m] adve[n]tum*, como assinalou Ana Lemos (Lemos, 2014: 230). Há a notar também que os reclames do missal são interessantes e integrados no resto da decoração. No entanto, o fólio 88v já não tem reclame e não foram assinalados mais reclames até ao fim do manuscrito, o que marca aqui uma mudança.

O f88v em vez das 23 linhas habituais tem 26 e a partir do f89 mais missas: S. Tomé, Exaltação de Sta. Cruz, Sta. Catarina, o

Glória e o Credo e depois o Comum dos mártires e papas. A presença da missa de Sta. Catarina, canonizada em 1461, é significativa e pode ajudar a datar aproximadamente este missal, embora esta santa fosse já assinalada nos calendários e santorais. Esta missa aproxima novamente este manuscrito das devoções do ambiente de corte do reinado de D. Afonso V e ao *Livro de Horas de D. Duarte*. Ao que tudo indica, a hipótese levantada por Reinaldo dos Santos e que as investigações recentes de Ana Lemos (Lemos, 2014: 225 e 234) têm vindo a confirmar, o f14 com a missa de Sta. Catarina deve ter sido copiado e iluminado em Portugal e acrescentado ao livro de horas do rei, encontrando-se por isso deslocado da sua ordem.

Entre os f97 e 100 temos o Gloria e o Credo com notação musical, em que o último fólio foi mutilado, perdendo parte da sua margem de pé. No f101 nova incoerência, já assinalada por Horácio Peixeiro e por Aires do Nascimento: tem início a missa relativa à consagração das Virgens, um texto pertencente a espaços monásticos femininos. Talvez testemunhe a necessidade de um empréstimo a uma casa feminina da ordem das que dependiam de Alcobaça (Sta. Maria de Cós por estar perto? Lorvão, Arouca, Celas, Almoster?). Não deve distar muito cronologicamente do miolo do missal dadas as semelhanças da escrita com os outros fólios, no entanto a unidade de regramento usada é mais pequena.

Fica concluído este missal no f102 com o início da festa de *Corpus Christi*: porquê a repetição do introito e no final do missal? A inicial é de cor, com filigrana, mas não se relaciona com o miolo do missal, mas sim com o conjunto inicial de meia dezena de fólios. No resto do fólio foi começado um índice relativo às missas, que não foi concluído (ficou na 1ª domingo da Quaresma). No verso deste, uma anotação que diz que em 1644 este missal tinha de idade quinhentos anos, argumentação já refutada logo ao início do missal.

Para além das iluminuras dos dois fólios referidos, este manuscrito foi pontuado por iniciais de cor filigranadas, a assinalar os iní-

cios das missas, a ocupar entre cinco a três espaços e todas as outras ocupam dois, em alternância cromática azul e vermelho. Do ponto de vista plástico, o mais interessante é que no espaço interior das iniciais, a linha e a mancha de cor engendram rostos, folhagens, cruzeiros e concheados (*figuras 6 e 7*), num tipo de desenho muito experimentado e seguro, próximo das tendências clássicas que por estes anos começavam a penetrar lentamente na escultura monumental, reproduzindo formas e motivos clássicos. Deve-se isto à circulação de manuscritos de origem italiana entre nós ou mesmo da presença de tratados de arquitectura? Não são hipóteses a descartar, pois lembremo-nos que D. Estevão de Aguiar, anos antes de ocupar a cadeira abacial de Alcobaça, havia estado em Itália, mais concretamente em Florença. As iniciais de cor filigranadas são elementos de caracterização de muitos dos manuscritos produzidos em Alcobaça desde a 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIII, mas estas iniciais são marcadas por uma forte ligação a motivos e temas clássicos.

A decoração iluminada deste missal não tem, no conjunto de manuscritos que chegaram até nós, nenhum outro que se possa constituir como um antecedente, quer nos dois fólhos que exibem as margens ornadas de elementos vegetais inspirados nos fólhos dos Livros de Horas, quer nas iniciais de cor filigranadas que pontuam quase todo o manuscrito. Só as iniciais filigranadas do Alc. 200 (ou do Alc. 199) se aproximam destas iniciais.

A excepção está nas iniciais de cor filigranadas que se observam nos primeiros cinco fólhos do missal e no último, f102: essas têm imensos referentes nos manuscritos copiados neste *scriptorium* em meados do séc. XV, muito concretamente ao abaciado de D. Estevão de Aguiar, como já referimos. E o miolo do missal, terá sido iluminado noutro contexto, com ligações à corte? Mas por que motivo, se Alcobaça teve um *scriptorium* a funcionar durante o séc. XV e que decerto produziu o outro missal festivo, o Alc. 27, que em tudo se liga aos manuscritos alcobacenses? Cabe aqui referir que a aquisição de manuscritos realizados noutros *scriptoria* por esta abadia



não era de estranhar e neste âmbito temos, por exemplo, as Bíblias do séc. XIII, ou os Alc. 261 e Alc. 417, estando mesmo documentadas algumas aquisições por parte dos abades (Nascimento, 2012, 973).

No que concerne à ligação entre o Alc. 459 e os manuscritos de corte, Horácio Peixeiro havia já estabelecido algumas semelhanças ao debruçar-se sobre os missais iluminados dos sécs. XIV e XV tece uma comparação entre o fl.355 do *Livro de Horas de D. Duarte* e o Alc. 459, afirmando que “a utilização de motivos vegetais de formas túrgidas, o uso da pena para completar desenhos das margens, poderão ser notas características da iluminura portuguesa do século XV.” (Peixeiro, 1986: 505). Não deixa também de encontrar algumas semelhanças entre as iniciais de cor filigranadas com rostos e o f324 do referido *Livro de Horas*. Aires do Nascimento (Nascimento, 2012: 281 e 530), na esteira de Horácio Peixeiro (Peixeiro, 1999: 322) aponta ainda um outro manuscrito que também tem aspectos comuns com este missal: o *Leal Conselheiro* (BNF Portugais 5), próximo na paleta de cores e nos motivos vegetais usados nas cercaduras e a um outro manuscrito, o Alc. 62, terminado em 1475 mas que levanta algumas questões em relação à sua filiação (Alcobaça ou Seixa?).

A justificar estas semelhanças, Aires Nascimento enfatiza a proximidade “conhecidas as relações que existiam ao tempo entre a corte e o mosteiro de Alcobaça, não é de excluir que todos estes códices possam ter uma origem comum.” (Nascimento: 2012: 530). Relações intensas ao tempo do abade D. Estevão de Aguiar e durante a regência de D. Pedro em 1440 e que, segundo este historiador, ficam atestadas com a cópia da *Vita Christi*. Mas estas semelhanças e a falta de manuscritos que se constituam como precedentes à decoração do Alc. 459 no *scriptorium* de Alcobaça constituem dados suficientes para excluir uma produção alcobacense?

O Alc. 62, um *Ordinário do Ofício Divino*, seguido de uma *Ars Manualis*, é um manuscrito interessante e vale a pena, no intuito de fun-

damentarmos a nossa discussão, retermos nele a nossa atenção: logo no fólio de guarda há duas menções “*De Ceiça*”. Nos fólhos seguintes temos novas referências a *Ceiça* e no f3v “este ordinario foi feito por ordem de D. Joao VI de nome e XXXVIII abade de Cister sendo abade de Alcobaça D. Fernando de Quental no ano de MCCCCXXV.” No f4r tem início o calendário, com referências importantes: em Junho não temos menção à festa de Sto. António, em Outubro não foi assinalada a consagração da Igreja de Alcobaça mas no mês de Novembro temos a festa de Sta. Catarina. No f17v há três textos onde se expõe a dúvida se este livro é de Alcobaça, se de Seica: o primeiro texto filia-o a Seica através da datação das “obras novas”, o segundo a Alcobaça e o terceiro texto alude ao Sufrágio de S. Lamberto como elemento de distinção em relação à sua filiação.

O fólio seguinte, recto, liga este manuscrito a Alcobaça, pois a sua decoração iluminada, com um grande P dourado e filigranado de onde surgem motivos vegetais sugere, de forma inequívoca, o contacto visual com as iluminuras do Alc. 459. Este fólio (*figura 8*) que assinala o início do ordinário do ofício divino constitui-se como uma síntese dos dois fólhos iluminados do Alc. 459: do 1.º domingo do Advento retirou o efeito da folhagem do enrolamento da margem feito com as folhas de acanto estilizadas, do fólio que tem o cânone da missa, mais simples, foi inspirado pela estilização da flor-do-papiro/alcachofra. Mas a mão deste monge iluminador é muito mais desajeitada e menos rigorosa, pese embora exhibir uma boa dose de expressividade no desenho. A paleta de cores é diferente e mais pobre, sem os meios-tons mas recorrendo às linhas de contorno a branco para engendrar a sugestão de volume. Também os pequenos pontos dourados de onde irradiam pequenas linhas são muito mais irregulares. O códice foi bastante aparado, pois na margem superior falta parte da sua decoração iluminada. Algumas das suas iniciais de cor filigranadas evocam claramente as do missal alcobacense, em particular a do f114v, de efeito concheado, bem

como as dos fólhos 133v, 134v e 138v. No f 157v há a menção de que se acabou este Ordinário no ano de 1475. Seguem-se indicações para os monges, as *estórias* que se cantam no mês de Agosto, das festas em que os monges não trabalham, etc. No f166 acabam as recomendações e tem início a *Ars Manualis*, um conjunto de regras e explicações para os monges saberem fazer os cálculos para as festas móveis, com tabelas, esquemas e diagramas circulares, entre outros textos interessantes e que nos falam sobre o dia-a-dia de um mosteiro. No f178 temos uma referência clara ao modo como se celebravam, em Alcobaça, os aniversários dos abades. No f179 mais uma menção às homenagens dos irmãos finados na abadia alcobacense.

No fólio 195 temos outro indício bastante importante e que acentua o vínculo deste códice à biblioteca alcobacense: a referência às “hydades do mundo” retiradas do *Compendium Theologice Veritatis*, dois manuscritos que estavam em Alcobaça, o Alc. 210 e o Alc. 376 datados do 1.º terço do séc. XIV<sup>14</sup>. Ora o já referido inventário ao Mosteiro de Seixa de 1408 não enumera nenhum exemplar do *Compendium*. No f196 há uma notícia sobre o abade D. Nicolau que renunciou ao cargo de abade de Alcobaça em favor do arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa e a data da consagração do mosteiro de Alcobaça. No verso deste fólio, outra notícia sobre a abadia de Seixa. Este códice termina com as medidas do mosteiro de Alcobaça e com fórmulas de tratamento para a família real (entre outros pequenos textos, muitos riscados).

Ficou assim atestado que em 1475, data em que o *scriptorium* alcobacense deve ter realizado este *Ordinário do Ofício Divino*, o missal Alc. 459 já estava na abadia. Se depois o Alc. 62 foi para Seixa (por empréstimo?) porque a abadia não tinha nenhum Ordinário é uma

---

<sup>14</sup> E que já tivemos oportunidade de estudar (Barreira, 2013: 60 e 61). O rei D. Duarte revela conhecer bem o texto pois no *Leal Conselheiro* ele transcreve excertos sobre os pecados, traduzidos para português, designando-o como *Soma das verdades da teologia*, um dado já assinalado por vários autores. D. Duarte faz uma referência à obra do cap. LXVII ao LXXII.

hipótese em aberto, tanto mais que em 1532 Seixa tinha onze monges de Alcobaça “que para ali tinham sido enviados no início da reforma da sua abadia” (Sousa, 2005: 111). Terão nessa altura levado este códice, que depois Seixa reclama a pertença ao longo dos seus fólhos?

Existe um outro manuscrito de origem cisterciense, o Il. 176, um Ordinário do Ofício Divino cujo f4r também evoca, embora indirectamente, o Alc. 459 e o Alc. 62.

Para concluirmos e numa tentativa de fazermos o percurso do Alc. 459, temos os seguintes dados:

– O conjunto constituído pela meia dúzia de fólhos (os cinco primeiros e o f102) cujas iniciais, tipo de letra e missas o situam, por confronto com outros manuscritos do mesmo período, na década de 40 quando era abade D. Estevão de Aguiar. Estes fólhos constituiriam aquilo que se designava como um *caderno* de 8 fólhos (a ter em conta os dois mutilados). Este *caderno*, com as missas dedicadas à Virgem e a S. Brás, constituía uma actualização litúrgica em relação aos missais do séc. XIV e deve ter mantido esta condição até ter sido encadernado, em data desconhecida, com o missal festivo<sup>15</sup>. Foi nessa intervenção que decerto se mudou a ordem dos fólhos e a sequencialidade das missas: no fVr temos o início da missa de S. Brás com a indicação, na margem de pé “torna ao princípio do livro” o que constitui um indício de que o erro da sequencialidade das missas é contemporâneo da encadernação primitiva. Se ocorreu alguma re-encadernação posterior, respeitou a distribuição primeva.

– O miolo deste missal festivo levanta muitas questões no que concerne à missa de Sto. António, cuja presença deslocada estabe-

---

<sup>15</sup> Neste âmbito veja-se o levantamento feito e publicado por Isaías da Rosa Pereira (Pereira, 1997) às bibliotecas litúrgicas medievais em Portugal: o número de referências aos *cadernos com o offício da Conceição* (também há menções a S. Brás e Sto. António) é significativo e reforça a nossa argumentação.

lece um paralelo com o missal Alc. 27, bem como a presença da missa de Sta. Catarina exterior ao Santoral. Esta santa foi canonizada em 1461, o que nos fornece uma pista para a datação do missal, o que está também de acordo com a proximidade decorativa com outros manuscritos de corte e com as iniciais de cor filigranadas de cariz clássico.

– Pesem embora as ligações à corte, este missal já estava em Alcobaça entre 1461 e 1475, altura em que se concluiu o Alc. 62, um *Ordinário do Ofício Divino* cuja origem alcobacense esperamos ter ficado comprovada não só com as referências à vida e aos códices da abadia, mas também por se inspirar nas iluminuras deste missal. Depois de encerrada a realização deste manuscrito foi necessária a sua encadernação e foi então que se resolveu integrar o *caderno* já referido, de realização anterior. Esta hipótese integra todos os dados levantados, à excepção da presença da missa da consagração das virgens, que continuamos sem conseguir justificar. Esta análise atesta sem dúvida um manuscrito dinâmico, em particular por causa das suas adições e ligações à corte, mas principalmente pelo impacto que a sua decoração iluminada causou neste mosteiro cisterciense. Impacto com repercussões visíveis noutros manuscritos e cujo estudo pretendemos continuar.

Concluo enfatizando a importância de dois fenómenos, nucleares para a interpretação e estudo dos manuscritos iluminados do *scriptorium* desta abadia cisterciense e em particular para o Alc. 459:

– O nomadismo artístico ou a circulação de modelos internacionais e de corte presente quer na influência dos Livros de Horas, mas também no tipo de iniciais com rostos, folhagens e concheados, motivos clássicos ligados a tendências estéticas humanísticas e nas duas capitulares A e T, típicas de manuscritos de origem italiana do séc. XIV.

– A identidade alcobacense que parte do impacto do ponto anterior, da integração e adaptação ao contexto da abadia e ao tipo

de manuscrito. Esta aclimação teve bastante impacto na produção de outros manuscritos, em particular ao nível das iluminuras como o atesta o Alc. 62. Mas a identidade alcobacense também se estriba em alguns aspectos de permanência entre manuscritos do *scriptorium*, como o enaltecer dos fólhos respeitantes ao início do Advento e do Cântico da missa.

Estes dois fenómenos, nomadismo e identidade, dizem muito acerca da recepção, pelo *scriptorium*, à circulação de modelos e de formas, iconografias e temas e de que modo essa recepção foi contextualizada e adquiriu singularidade nos manuscritos desta abadia.

## Bibliografia

- BARREIRA, Catarina Fernandes, “Contributos para o estudo do Compendium Theologiae veritatis no scriptorium de Sta. Maria de Alcobaça”, in CARREIRAS, José Albuquerque (dir.), *Actas do Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses. Passado, presente, futuro*, Alcobaça, Edições Jorlis, Tomo II, 2013
- COSTA, Avelino de Jesus da, “O culto de Nossa Senhora da Conceição em Portugal até ao século XVI”, in *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85.º aniversário*, Edição Dieter Kremer [organ.], Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Conselho da Cultura Galega, 1988
- DIAS, Sebastião da Silva, *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960
- DIONISIO, João, *D. Duarte, leitor de Cassiano*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000 (Tese de Doutoramento).
- DUARTE, D., *Leal Conselheiro*, Edição crítica, intr. e notas por Maria Helena Lopes de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- FARIA, Francisco Leite de, OFM, *La doctrine des théologiens sur l’Immaculée Conception de 1250 à 1350*, Blois, Imprimerie Notre-Dame de la Trinité, 1954.

- FERNANDES, Carlos Roma, *O Scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Frei Estevão de Aguiar (1431-1446)*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1970 (Tese de Licenciatura).
- GOMES, Saul António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998.
- LAMY, Marielle, “Marie toujours plus sainte”, in CEVINS, Marie-Madeleine de, et MATZ Jean-Michel (dir.), *Structures et dynamiques religieuses dans les sociétés de l’Occident latin (1179-1449)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010.
- LEBIGUE, Jean-Baptiste, *Initiation aux manuscrits liturgiques*, Paris, IRHT, 2007, Ædilis, Publications pédagogiques, 6 in <http://aedilis.irht.cnrs.fr/initiation-liturgie/> (2014.01.28).
- LE MOS, Ana, “O livro de horas de D. Duarte. Estado da arte, percurso e caracterização de um manuscrito”, in BARREIRA, Catarina Fernandes e SEIXAS, Miguel Metelo (Coord.), *D. Duarte e a sua época: Arte, Cultura, Poder e Espiritualidade*, Lisboa, IEM e CLEGH, 2014.
- MARQUES, M.<sup>a</sup> Alegria, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra: Edições Colibri/Faculdade Letras Univ. Coimbra, 2008.
- MARTINS, Mário, “A Imaculada Conceição na espiritualidade portuguesa”, in *Brotéria Revista Contemporânea de Cultura*, vol. 43, Dezembro, Lisboa, 1946.
- \_\_\_\_\_, “Guia geral das Horas D’El-Rei D. Duarte”, in *Brotéria Revista Contemporânea de Cultura*, Lisboa, vol. 13, 1971.
- NASCIMENTO, Aires A, *Ler contra o tempo: condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2012, 2 vols.
- \_\_\_\_\_, (trad., introd. e coment.), *Cister: os documentos primitivos*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- PEIXEIRO, Horácio, “A iluminura portuguesa nos séculos XIV e XV”, in *A Iluminura em Portugal: identidade e influências*, Catálogo da Exposição, Lisboa, 1999.
- \_\_\_\_\_, *Missais Iluminados dos séculos XIV e XV. Contribuição para o*

*Estudo da Iluminura em Portugal*, Lisboa, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa, 1986, 2 vols (Tese de Mestrado).

PEREIRA, Isaías da Rosa, “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais in Signo”, in *Revista de Historia de la Cultura Escrita*, n.ºs 3 e 4 (1996 e 1997), Universidad de Alcalá de Henares.

SOUCHIER, Anne Boudéelle, *Bibliothèques cisterciennes dans la France médiévale. Répertoire des abbayes d'hommes*, Editions du CNRS, 1991.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2.<sup>a</sup> ed., 2006.

VERNET, André, *La bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux du XIIe au XVIIIe siècle*, Paris, Centre national de la Recherche scientifique, 1979.



Fólio IIIr relativa à missa *in conceptione virginis marie* do Missal Alc. 459, Abadia de Alcobaça, meados do séc. XV, pergaminho. Biblioteca Nacional de Portugal  
(*fot. de Catarina Fernandes Barreira*)

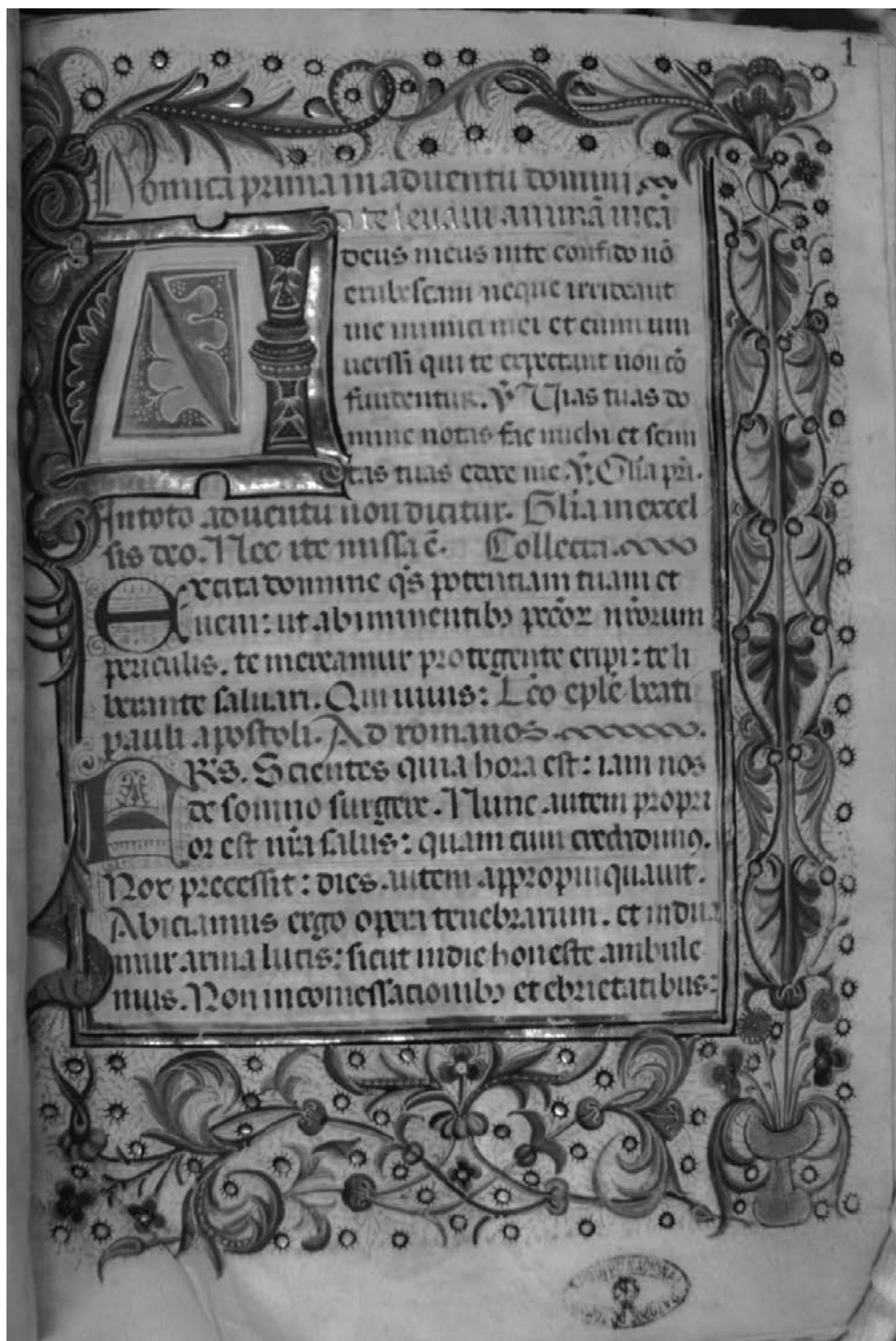


Figura 2

Fólio 1r com a missa relativa ao 1.º domingo do Advento, do Missal Alc. 459, Abadia de Alcobaça, meados do séc. XV, pergaminho. Biblioteca Nacional de Portugal  
(fot. de Catarina Fernandes Barreira)

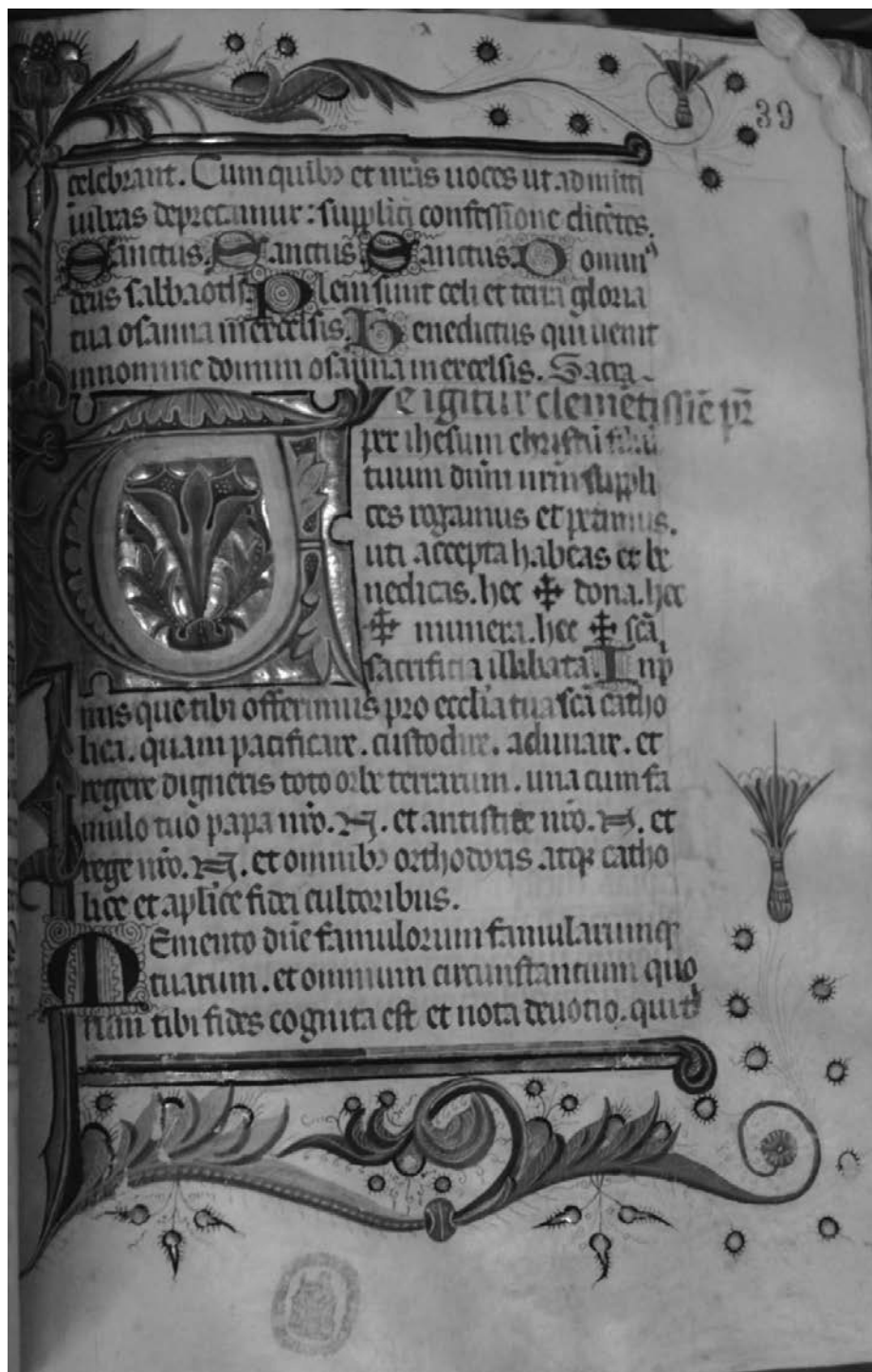


Figura 3

Fólio 39r com o Cãoe da missa, do Missal Alc. 459,  
 Abadia de Alcobaça, meados do séc. XV, pergaminho. Biblioteca Nacional de Portugal  
*(fot. de Catarina Fernandes Barreira)*



**Figura 4 e 5**

*Figura 4*, pormenor da inicial A do f11r; e *Figura 5*, pormenor da inicial T do f39r ambos do Missal Alc. 459, Abadia de Alcobaça, meados do séc. XV, pergaminho.

Biblioteca Nacional de Portugal

(fot. de Catarina Fernandes Barreira)



**Figura 6 e 7**

*Figura 6*, pormenor de uma inicial de cor com filigrana do f22v; e *Figura 7*, pormenor de uma inicial do f36v, ambos do Missal Alc. 459, Abadia de Alcobaça, meados do séc. XV, pergaminho. Biblioteca Nacional de Portugal  
(*fol. de Catarina Fernandes Barreira*)



**Figura 8**

Fólio 18r do Ordinário do Ofício Divino, Alc. 62,  
Abadia de Alcobaca, 1475, pergaminho. Biblioteca Nacional de Portugal  
(*fol. de Catarina Fernandes Barreira*)